

2º GRAU NO BRASIL: COBERTURA, CLIENTELA E RECURSOS

FÚLVIA ROSEMBERG

da Fundação Carlos Chagas e da PUC/SP

RESUMO

O artigo, através de estatísticas educacionais e informações orçamentárias publicadas, descreve e analisa a situação atual e evolução do ensino de 2.º grau no Brasil. Iniciando por uma discussão metodológica sobre fontes geradoras de estatísticas educacionais e indicadores de escolaridade, o texto prossegue avaliando a cobertura/demanda para este grau de ensino, articulando-a com a política educacional brasileira (evidenciada pela expansão da matrícula e alocação de recursos aos diferentes níveis de ensino) e características da clientela (dando ênfase à sua origem sócio-econômica, condição de ocupação e à crescente participação feminina).

SUMMARY

The article describes and analyzes present situation and the evolution of secondary teaching (senior high school) in Brazil, through published educational statistics and official budget informations. A methodological discussion on the sources of educational data and of schooling indicators precedes the evaluation of scope/demand for that level of schooling, associated to Brazilian educational policy (assessed through expansion of enrollment and allocation of resources among the different levels of teaching) and to the characteristics of students (with emphasis to socio-economic origin, occupational condition and to the increasing feminine participation).

* Colaboraram na construção de tabelas e gráficos: Andreia Brunstein, Felicia Madeira, Miriam Bizzochi e Maria Thereza Montenegro.

"Um time com meio de campo frágil" — imagem para caracterizar o 2.º Grau no sistema de ensino brasileiro — que roubo do excelente diagnóstico sobre *Educação e Cultura 1987* elaborado pela Coordenadoria de Educação e Cultura do Instituto de Planejamento¹ (IPEA, 1988). Com efeito, quando se tenta configurar o perfil deste grau no sistema de ensino brasileiro, a imagem que se apreende é de fluidez, inconsistência: espremido entre os esforços descontrados na busca de universalidade e rentabilidade para o 1.º Grau e o poder de pressão da universidade, este grau de ensino parece não ter forjado uma identidade, não ser estruturado por uma política própria, seja no plano filosófico seja no plano orçamentário. Da mesma forma que o ensino pré-escolar, os não-especialistas mantêm imagens arcaicas sobre sua feição atual, mantendo em debate temas ultrapassados; assim, também da mesma forma que ao ensino pré-escolar, cabem-lhe os restos na política educacional brasileira. Torna-se difícil compreender a lógica de sua expansão através dos fluxos e refluxos observados na matrícula e na dotação orçamentária, bem como o vaivém de sua vocação entre os pólos profissionalizante-terminal e propedêutico, principalmente quando se sabe que pelo menos 40% de seus estudantes são também trabalhadores (Fonte: PNAD 1982).

A proposta deste artigo é, pois, caracterizar este "meio de campo" nos últimos anos, a partir de estatísticas educacionais publicadas. Apesar de ter fixado o território nacional como referência, tentou-se, sempre que possível, estabelecer comparações entre as regiões fisiográficas brasileiras e com países latino-americanos.

A seleção dos aspectos descritos e analisados, bem como do período (que nem sempre foi homogêneo), se prendeu a três ordens de fatores: a disponibilidade da informação publicada — já que não foram utilizadas tabulações especiais; a relevância do dado, ou do indicador, indispensável e presente em qualquer diagnóstico sobre sistema de ensino; e, complementarmente, a raridade da informação em diagnósticos recentes.

Questões metodológicas

Como fontes de dados recorreremos tanto a diagnósticos ou relatórios analíticos sobre ensino e cultura no Brasil, quanto a publicações que divulgam estatísticas educacionais em estado bruto.

No primeiro caso, foram utilizados relatórios e estudos elaborados por organismos públicos ou centros de pesquisa (vinculados ou não à universidade) e que visam descrever ou avaliar políticas educacionais para o 2.º Grau no contexto do sistema de ensino brasileiro. Dentre eles destacamos: *Relatórios de 1979 e 1984* organizados pelo Departamento de Estu-

dos e Indicadores Sociais — DEISO da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE, 1979; 1985); os capítulos sobre "Política Educacional" contidos nos *Relatórios sobre a Situação Social do País* de 1985 e 1986 publicados pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas — NEPP (NEPP, 1987; 1988); os relatórios sobre *Educação e Cultura* elaborados pela Coordenadoria de Educação e Cultura do IPEA para 1986 e 1987 (IPEA, 1987; 1988). Recorremos, também, a diagnósticos específicos sobre o 2.º Grau — como o coordenado por Maria Laura P. B. Franco (1987) — e sobre a situação sócio-educacional de segmentos da população que nem sempre são incluídos em estudos mais amplos: as mulheres (Rosemberg et al. 1982; Rosemberg e Pinto, 1985) e os negros (Oliveira et al., 1985; Rosemberg et al., 1986).

Como fontes de estatísticas em estado bruto recorreremos às publicações da Fundação IBGE e da Secretaria de Estatística de Ensino e Cultura (SEEC/MEC), organismos formalmente encarregados, no Brasil, de coletar e divulgar estatísticas educacionais. A Fundação IBGE vem coletando estatísticas educacionais através dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs); o SEEC/MEC realiza anualmente censos escolares, publicando os dados coletados nos Anuários Estatísticos Nacionais e Estaduais (sob a denominação de estatísticas de ensino) e em publicações especiais (até há poucos anos, a principal publicação eram as *Sinopses Estatísticas* relativas aos diferentes graus de ensino).

O recurso a estas duas fontes se faz necessário, na medida em que suas informações, apesar de se sobrepor em alguns casos, são complementares quando se pretende não apenas caracterizar o sistema de ensino, mas também a clientela escolar. Assim, o SEEC/MEC não coletando sistematicamente informações sobre variáveis sócio-demográficas relativas ao alunado (a não ser sexo e idade que, apesar de coletadas esporadicamente, deixaram de ser publicadas nos últimos anos), obriga-nos a recorrer às estatísticas publicadas pelo IBGE; o IBGE não coletando (ou o fazendo raramente) informações sobre a escola, obriga-nos a recorrer ao SEEC/MEC.

Ocorre, porém, que a complementaridade das fontes nem sempre é perfeita: vêm-se anunciando, nos últimos anos, com uma certa insistência, divergências importantes e inaceitáveis a respeito de um mesmo indicador educacional calculado a partir de informações coletadas por essas duas fontes². Por

2 Uma série de estudos recentes (Gusso, 1983; Barreto, 1984; Willadino, 1984; Carvalho, 1984; Fletcher e Ribeiro, 1988) têm procurado compreender as razões de tais distorções, atribuindo-as seja à variação do período em que os dados são coletados (1.º ou 2.º semestre do ano civil), ao informante ou unidade de coleta (pessoa física ou escola), às divergências quanto à definição do quesito. No caso específico das PNADs devem-se acrescentar os erros de estimativa provenientes da metodologia empregada para expansão da amostra. Fletcher e Ribeiro (1988, p. 20) chegam mesmo a sugerir que "a maior parte das atividades do SEEC poderia ser transferida ao IBGE, sem prejuízo ao Ministério da Educação" (...)

1 O Instituto de Planejamento (IPLAN) é um dos órgãos que compõem o IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social), fundação vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

exemplo, o mesmo Anuário Estatístico de 1987 informa que o 2.º Grau contaria no Brasil, em 1986, com 3.016.138 *matriculas iniciais* (p. 221) seguindo dados fornecidos pelo SEEC/MEC para o Anuário, e 3.290.908 estudantes (p. 206), segundo dados coletados pela PNAD 1986.

Os problemas metodológicos no uso de estatísticas educacionais não terminam aí. É importante que se destaquem, pelo menos, mais três: a pobreza de informações publicadas; a inconsistência através do tempo das definições usadas para caracterizar os quesitos; e a fragilidade — por vezes mesmo inadequação — dos indicadores educacionais utilizados ou disponíveis.

Quanto ao primeiro aspecto levantado, basta lembrar que a PNAD 1982 contém um suplemento especial sobre educação para todo o território nacional e a PNAD 1985 um suplemento sobre crianças e jovens até 17 anos (Suplemento Menor) vivendo nas Regiões Metropolitanas.

O suplemento educação da PNAD 1982 coletou informações importantíssimas, inéditas mesmo, e que permanecem inéditas (pois não divulgadas ou processadas através de tabulações especiais) até hoje: além de caracterizar a escola minuciosamente (duração da jornada escolar; turno; presença ou não de merenda; custo etc.)³, o alunado foi descrito através de variáveis sócio-demográficas fundamentais (situação sócio-econômica da família, raça — através do quesito cor — sexo, condição de ocupação etc.). Quando se compara a complexidade e riqueza do questionário às tabelas divulgadas, a sensação que fica é de frustração. O Suplemento Menor não só não foi objeto de publicação, quanto sua liberação em fitas de computador (requerendo, portanto, um processamento especial) ocorreu apenas no final do 2.º semestre de 1988.

Quanto à inconsistência (ou complexidade) das definições basta que se considere a própria PNAD 1982 e se comparem entre si as conceituações sobre frequência à escola contidas em seu corpo (as informações sobre instrução têm aí o objetivo de caracterizar a mão-de-obra) e no Suplemento Educação.

FREQÜÊNCIA À ESCOLA — Foram consideradas como freqüentando escola as pessoas de 5 anos ou mais, mesmo que na data de referência estivessem de férias ou impedidas temporariamente, com exceção daquelas que estivessem apenas freqüentando cursos rápidos de especialização ou extensão cultural.

Para efeito de divulgação, as pessoas que estavam cursando o Supletivo do 1.º grau foram classi-

liberando o SEEC para "investigação do domínio cognitivo dos alunos que, por sua natureza, requerem metodologias e instrumentais especializados que não são da área de competência do IBGE".

3 O questionário de educação da PNAD 1982 operou com 8 grandes itens desdobrados em aproximadamente 50 tipos de informações diversas capazes de gerar múltiplos cruzamentos. É necessário informar que este questionário incluí, também, perguntas sobre as pessoas que estão fora da escola.

ficadas como freqüentando o 1.º grau, porém sem declaração de série; as que cursavam o Supletivo do 2.º grau ou Pré-vestibular, no 2.º Grau, e as que estavam cursando Alfabetização de Adultos foram classificadas como freqüentando a 1.ª série do 1.º grau. Foram incluídas em curso Superior as pessoas que freqüentavam Mestrado e Doutorado. Definição relativa ao quesito no corpo da PNAD (PNAD 1982, p. XXVI).

FREQÜÊNCIA A CURSO REGULAR — Para as pessoas de 7 anos ou mais foi levantada a freqüência ou não a curso regular.

Considerou-se curso regular o ministrado em regime seriado, ou de matrícula por disciplina ou crédito, e que conduz à conclusão dos estudos correspondentes a um nível ou grau de ensino (...). Definição relativa ao quesito no Suplemento Educação (PNAD 1982, p. XXX).

A diferença entre as duas definições não é evidente: o que seriam cursos regulares de matrícula por disciplina ou crédito, no 2.º Grau, senão cursos supletivos ministrados em escolas? É possível, evidentemente, perceber-se que a primeira definição é mais abrangente (o que se confirma pelos dados que informam existirem 2.867.570 estudantes de 2.º grau pela primeira conceituação e, 2.593.352 pela segunda); para além dessa pressuposição a precisão se esvai. Lida-se com o hipotético⁴.

Quanto à fragilidade dos indicadores de escolaridade, remetemos ao texto de Fletcher e Ribeiro (1988), destacando dali apenas o indicador "evasão" que, a nível da cifra coletada, significa eventos de evasão por escola e a nível da análise, não raro, se transforma em alunos evadidos (ou expulsos) da escola. É óbvio que esta passagem superestima os alunos evadidos (ou expulsos, dependendo do ponto-de-vista que se assuma) dada a trajetória acidentada do alunado brasileiro, que pode significar entrar em e sair de mais de uma escola por ano.

No caso específico do 2.º Grau, um dos indicadores mais frágeis é a taxa de escolarização (e conseqüentemente a avaliação da cobertura), fragilidade evidenciada pela diversidade de variantes usadas para calculá-la, decorrente, em parte, de sua situação de "meio de campo", que depende da retaguarda de um 1.º Grau desacertado. Mas aí já adentrarmos a análise dos dados, o que se processará a seguir.

COBERTURA

A taxa de escolarização de um segmento populacional é a resultante da relação entre a população escolarizada e população escolarizável para aquele

4 O texto de Carvalho (1984), sobre o quesito instrução nos Censos e nas PNADs, é de pouca ajuda na elucidação desta questão: nas páginas 153, 156 e 157 distingue ensino regular e supletivo. Porém, a nenhum momento, explicita o que seria o ensino regular não seriado. Observar que os últimos dados do SEEC (no Anuário Estatístico do Brasil — 1987, à p. 223) contém nota mencionando que nas matrículas de 2.º Grau estão também incluídas as provenientes de cursos não seriados.

TABELA 1

Taxas de escolarização teórica do 2.º grau na faixa etária de 15 a 19 anos

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 15 A 19 ANOS	ESTUDANTES DE 2.º GRAU	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (IBGE)	MATRÍCULAS NO 2.º GRAU	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (SEEC/MEC)
1970	10.203.492	1.135.983 **	11,1	1.003.475	9,8
1976	12.157.208 *	2.315.761 **	19,0	2.212.749	18,2
1980	13.575.971	2.716.431	20,0	2.819.182	20,8
1982	13.503.618 *	2.867.570 *	21,2	2.874.505	21,3
1985	13.869.631 *	3.034.484 *	21,9	3.016.175	21,7

Fontes: População residente 15 a 19 anos — Censos 1970, 1980; PNADs 1976, 1982, 1985.

Estudantes de 2.º grau — Censos 1970, 1980; PNADs 1976, 1982, 1985.

Matrículas no 2.º grau — SEEC/MEC apud *Anuários Estatísticos do Brasil*.

* Com exceção da população rural da região norte. (Esta observação vale para todas as PNADs.)

** Na conceituação de 2.º Grau estas fontes incluem o termo vestibular, sem que se saiba exatamente a que curso se refere.

segmento. No que diz respeito à população escolarizada, podemos recorrer tanto a dados de matrícula (Fonte: SEEC/MEC) quanto ao número de estudantes (Fonte: IBGE). Aí, como já vimos, existem distorções, porém controláveis. A dificuldade ocorre quando se procura definir população escolarizável: há quem a defina a partir da idade teórica de freqüentar o 2.º Grau (15 a 19 anos). Este cálculo, porém, tende a inflacionar a taxa de escolarização e dimensionar inadequadamente a demanda, na medida em que para cursar o 2.º Grau é necessário ter completado o 1.º e que, no Brasil, isto ocorre para uma reduzida parcela dos estudantes e em idade mais avançada que os 14 anos teoricamente previstos. Assim, alguns trabalhos recentes, ao lado da taxa de escolarização teórica, calculam a taxa de escolarização real, que define como população escolarizável de 2.º Grau apenas aquela que terminou o 1.º Grau.

A Tabela 1 apresenta a taxa de escolarização teórica calculada a partir de dados provenientes do SEEC/MEC e do IBGE.

Considerando-se a taxa de escolarização teórica para a população de 15 a 19 anos, observa-se: no plano metodológico, uma tendência à aproximação entre as cifras das duas fontes coletoras de dados; no plano descritivo, um aumento intenso no período 70-76, para, em seguida, ocorrer uma desaceleração.

Como afirmamos anteriormente, esta taxa encobre dois componentes importantes do sistema de ensino brasileiro: de um lado, a defasagem série/idade; de outro, os candidatos reais a este grau de ensino, isto é, as pessoas que completaram o 1.º Grau.

Os dados contidos na Tabela 2 apontam para uma ampla dispersão etária entre os estudantes de 2.º grau, mas que vem se restringindo progressivamente. Assim, em 1970, apenas 58,3% dos estudantes de 2.º grau situavam-se na faixa teórica de 15 a 19 anos, passando para 71,2% em 1982.

Quando se fixam parâmetros etários mais próximos da realidade, observa-se, portanto, uma sensível queda da taxa de escolarização, que, não obstan-

TABELA 2

Estudantes de 2.º grau e taxas de escolarização por faixa etária

ANOS	ESTUDANTES DE 2.º GRAU (%)			TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO	
	FAIXAS ETÁRIAS			FAIXAS ETÁRIAS	
	15 a 19	20 a 24	25 e +	15 a 19	20 a 24
1970 *	58,3	29,8	11,9	6,5	4,0
1976 *	61,2	27,6	10,9	12,5	6,7
1980	69,0	21,9	5,3	13,8	5,2
1982	71,2	21,6	7,2	13,7	5,0

Fontes: Censos 1970, 1980; PNADs 1970, 1982.

* Incluem vestibular (v. observação Tabela 1).

te, expandiu-se notavelmente no período 70-76.

Claudio Salm sugere como indicador mais adequado para avaliação da cobertura do 2.º Grau aquele "que relaciona a população de 15 a 19 anos cursando o 2.º Grau e a população da mesma faixa etária com o 1.º Grau completo. Neste caso a taxa é de 42% no Brasil em 1982, indicando que mais da metade da população de 15 a 19 anos em condições de seguir o 2.º Grau estava fora da escola" (Salm, 1984, apud NEPP 1987, p. 166).

Esta tentativa de adequação entre faixa etária/curso completo de 1.º Grau tende a hipertrofiar a demanda, na medida em que, além do grande número de alunos que não concluem o 1.º Grau (38% apenas completam a 8.ª série), muitos o fazem em idade superior à prevista: em 1985, 20% dos alunos matriculados no ensino regular de 1.º grau situavam-se fora da faixa etária de 7 a 14 anos (Brasil, 1988, p. 29).

Neste sentido, parece-nos mais adequada a gestão do SEEC/MEC de avaliação da cobertura, contida na publicação *Estatísticas Educacionais: Brasil 1985-1988* que define como população escolarizável de 2.º Grau (o que denominam de demanda potencial real)

para um determinado ano a soma das pessoas que terminaram o 1.º Grau regular nos quatro anos anteriores (Brasil, 1988, p. 43).

Empregando o indicador sugerido pelo SEEC/MEC obtêm-se, obviamente, novas taxas de escolarização (Tabela 3).

TABELA 3

Taxas de escolarização reais do 2.º grau

ANO	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL *	MATRÍCULAS INICIAIS	TAXAS
1980	3.611.177	2.819.182	78,1
1981	3.628.975	2.820.998	77,7
1982	3.570.780	2.874.505	80,5
1983	3.604.842	2.944.097	81,7
1984	3.463.983	2.951.624	85,2
1985	3.468.661	3.016.175	86,9

Fontes: Conclusões de 1.º grau: SEEC/MEC apud *Anuário Estatístico do Brasil*. Matrículas de 2.º grau: Brasil (SEEC/MEC), 1988, p. 43.

* População escolarizável: Soma das pessoas que concluíram o 1.º Grau nos 4 anos anteriores.

Esta forma de calcular a taxa de escolarização de 2.º Grau — apesar de imperfeita — talvez nos aproxime um pouco mais do perfil do ensino brasi-

leiro: o aumento de quase 10 pontos percentuais deve-se tanto a um crescimento da matrícula de 2.º grau (7,0% de crescimento entre 1980-1985) quanto ao *decréscimo* observado (-3,9% entre 1980-1985) nas conclusões acumuladas para períodos de 4 anos no 1.º Grau.

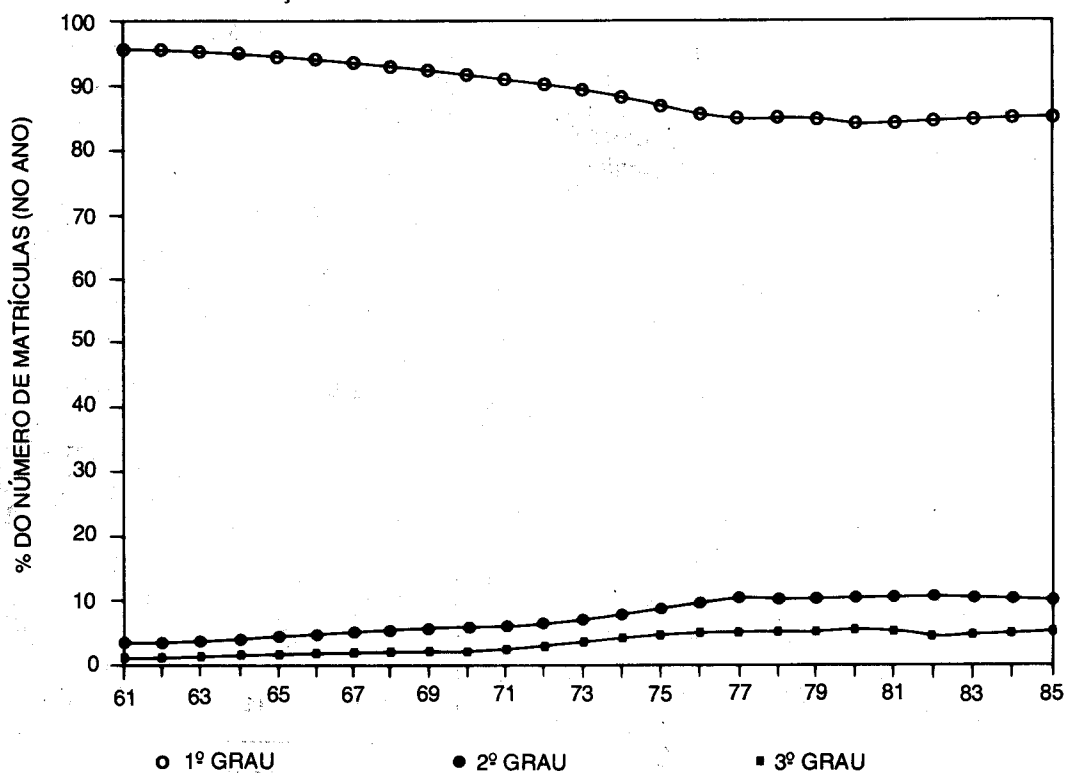
Podemos, então concluir, como o relatório do IPEA (IPEA, 1988, p. 137): "embora extremamente baixa em relação à população da faixa etária própria, especialmente se comparada aos demais países latino-americanos, a cobertura de segundo grau pode ser considerada satisfatória em relação à população elegível, ou seja, concluintes do primeiro grau. Um aumento da capacidade de matrícula das escolas de segundo grau não teria efeito no sistema sem a ampliação da eficiência do ensino de primeiro grau".

Ora, esta situação nos parece tanto mais grave, quanto, a partir de estudos elaborados por Fletcher e Ribeiro (1987, p. 11), tomamos conhecimento de que "embora o número geral de matrículas seja adequado para quase toda a demanda potencial, da primeira à oitava série, mais da metade de todo ensino de 1.º grau é oferecida nas três primeiras séries, enquanto as matrículas das últimas séries são insuficientes".

Assim, o inadequado dimensionamento da política de extensão de escolaridade obrigatória, a partir da implantação da Lei 5692/71, e a expansão do ensino superior que se manteve em ascensão constante e acelerada até o início dos anos 80 geraram uma

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL POR GRAU DE ENSINO - 1961/85



Fonte: SEEC/MEC, apud *Anuários Estatísticos do Brasil*.

estrutura da pirâmide educacional brasileira que se mantém constante desde 1976 (vide Gráfico 1): 85% dos estudantes freqüentando o 1.º grau; 10% o 2.º e 5% a universidade (incluindo mestrado e doutorado).

Comparando-se a pirâmide educacional brasileira à de outros países latino-americanos (Tabela 4), observamos que o Brasil apresenta a menor porcentagem de estudantes freqüentando o 2.º Grau, mas não aquele que conta com a menor porcentagem de universitários. A análise da Tabela 4 permite observar, grosseiramente, a configuração de dois perfis nas pirâmides educacionais latino-americanas. No primeiro (cujo protótipo seria Cuba) ocorre maior proximidade percentual entre estudantes de 1.º e 2.º Graus e maior distância com o 3.º, sugerindo uma expansão da matrícula do tipo "comportas sucessivas": a expansão do superior espera a busca de universalização dos graus anteriores. No segundo (cujo protótipo seria o Brasil), a expansão do superior ocorre antes da universalização (ou busca de) dos graus anteriores. Observe-se, por exemplo, que Cuba contava com 37% dos estudantes freqüentando o 2.º Grau e 5% o superior: o Brasil contava com a mesma proporção de universitários e apenas 10% de secundaristas. Ou seja, a abertura de vagas no ensino superior brasileiro tem se dado de forma relativamente independente do que ocorre nos graus anteriores. Esta situação se evidencia — e assume uma gravidade certa — quando se leva em conta que em 1985 as vagas oferecidas pelo superior — em torno de 450 mil — se aproximavam do número de conclusões do ensino de 2.º grau: aproximadamente 580 mil (IPEA, 1988, p. 137).

TABELA 4

Distribuição dos estudantes pelos diferentes graus de ensino para 11 países da América Latina e do Caribe

PAÍSES	IDADE PREVISTA PARA O ENSINO MÉDIO	DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES (EM %)		
		ELEMEN-TAR	MÉDIO	SUPE-RIOR
Argentina	13-17	68	23	9
Brasil *	14-17	85	10	5
Chile	14-17	77	19	4
Colômbia	12-17	67	29	4
Costa Rica	12-16	65	25	10
Cuba	12-18	57	37	5
Guatemala	13-18	79	16	5
Guiana	12-17	67	32	1
Nicarágua	13-18	75	20	5
Paraguai *	13-18	80	17	3
Venezuela	13-17	69	23	8

Fonte: UNESCO, *Annuaire International de l'Éducation* — 1983.
* Dados para 1978. Os demais países, dados relativos a 1979.

CLIENTELA

Apesar de desacelerado, o crescimento das matrículas no 2.º Grau nos últimos anos⁵ não vem se dando de forma homogênea, tanto no que diz respeito à sua distribuição pelas regiões fisiográficas do país, quanto à participação das redes pública e privada, à composição sexual e origem sócio-econômica do estudantado.

A rede pública, que em 1980 assumia 53,5% das matrículas do 2.º Grau, passou a atender 69,2% dos estudantes em 1985, registrando um crescimento de 6,0%.

TABELA 5

Crescimento médio das matrículas no 2.º grau por dependência administrativa e por região

REGIÃO	1980/1985			1985/1986		
	PUBL.	PRIV.	TOTAL	PUBL.	PRIV.	TOTAL
BRASIL	6,0	-5,4	1,4	2,8	7,6	4,2
Norte	19,4	-8,4	10,7	4,0	2,4	3,0
Nordeste	8,3	-1,4	4,4	6,0	5,2	5,8
Sudeste	6,4	-7,8	0,0	1,2	11,6	4,4
Sul	0,7	-2,1	-0,2	3,1	2,2	2,8
C. Oeste	8,7	-5,0	4,5	3,0	11,5	5,0

Fonte: SEEC/MEC apud IPEA (1988, p. 135).

Paralelamente, no mesmo período, a rede privada assistiu a um refluxo (da ordem de -5,4%) refletindo, sem dúvida, a crise econômica do país, que determina um controle familiar com gastos, gerando a migração de alunos da escola particular para a pública, ou abandono escolar (pelo menos temporário). "Nos anos de recessão [as escolas privadas] perderam quase 280 mil alunos (...). No total pareceria que as redes públicas puderam absorver este contingente, ao haverem criado 410,7 mil matrículas adicionais no mesmo período. Todavia, no Sudeste e no Sul, onde estavam 70,5% das matrículas do país, as escolas privadas perderam 139,6 mil alunos; o aumento líquido de oferta ocorreu, basicamente, no Nordeste — onde o ciclo de expansão se mantém, mesmo arrefecido — ao aumentarem as redes públicas e seu alunado em 130,5 mil, enquanto as escolas privadas perdiam apenas 16,5 mil alunos" (IPEA, 1987, p. 35).

De acordo com o último relatório do IPEA (1988, p. 133) entre 1985 e 1986 haveria indícios de alteração da tendência, ocorrendo aumento das matrículas na rede privada, possivelmente determinado por fatores econômicos (retomada do crescimento econô-

⁵ Crescimento das matrículas entre 1980-1986 da ordem de 1,4% ao ano.

mico, urbanização, controle governamental do custo das mensalidades da rede privada) e políticos (greves freqüentes no setor público, inclusive na escola, a partir da "Nova República").

Além de ter se dado de forma desigual no que diz respeito às redes e às diferentes regiões, o crescimento do estudantado de 2.º Grau não se deu de forma homogênea quanto à participação masculina e feminina. Em 1980, 53% dos estudantes freqüentando o 2.º Grau eram mulheres; em 1986 passam a ser 57% (Fontes: Censo 1980; *Anuário Estatístico do Brasil*, 1987)⁶.

TABELA 6

Crescimento médio do alunado de 2.º grau por sexo e por região

1982/1986

REGIÕES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
BRASIL	6,8	2,6	10,3
Norte *	19,5	18,8	20,0
Nordeste	13,4	8,9	16,4
Sudeste	2,0	1,3	2,7
Sul	4,6	-4,8	13,4
C. Oeste	18,7	4,2	30,8

Fontes: PNADs 1982, 1986; apud *Anuário Estatístico do Brasil*, 1987.

* Exclusive zona rural.

A Tabela 6 contém dados que podem gerar reflexões interessantes: o aumento das secundaristas ocorreu em todas as regiões brasileiras, mesmo entre aquelas em que houve decréscimo de estudantes de sexo masculino (Sul).

Não me parece possível discutir, neste momento do texto, os determinantes desta procura mais intensa do 2.º Grau pelas mulheres, pois dedicaremos à questão um item deste artigo. Vale talvez a pena adiantar, neste momento, que razões ligadas à urbanização destas regiões, com conseqüente aumento de empregos no terciário (receptor de mão-de-

6 Notar que não mencionamos matrículas mas estudantes tendo em vista as fontes que utilizamos (dados coletados junto ao informante pelo IBGE). Por esta razão, é possível que tais dados estejam relativamente hipertrofiados, na medida em que foram coletados no 2.º semestre do ano escolar, isto é, após evasão inicial, o que ocorre com maior freqüência entre os homens (Rosemberg, 1982). É, também, necessário que se considere o fato de as mulheres representarem um pouco mais de 50% da população brasileira na faixa etária entre 15 e 29 anos.

obra feminina); a maior possibilidade/necessidade de engajamento dos homens no mercado de trabalho e a maior incidência de homens no noturno (associada à expulsão mais intensa de estudantes neste turno) seriam algumas das possibilidades de explicação desta maior participação feminina no 2.º-Grau.

Uma outra mudança observável na clientela de 2.º Grau nos últimos anos é sua composição econômica. No relatório de 1979 preparado pelo DEISO (Fundação IBGE, 1979, p. 303) comparando-se os dados sobre rendimento médio familiar dos estudantes (para todos os níveis) entre 1970-1976, os autores observam que "ocorre, de um lado, uma elevada ampliação no número de estudantes com rendimento familiar mais alto, enquanto concomitantemente decresce o número de estudantes oriundos de famílias com níveis de rendimento mais baixo". Comparando-se o período 1976-1982 observa-se tendência oposta, ou seja, uma pauperização da clientela de 2.º Grau. Se é verdade que neste período houve uma pauperização da população em geral, os dados contidos na Tabela 7 apontam para uma tendência à pauperização acentuada dos estudantes, em especial do 2.º Grau. Assim, se em 1976, dentre os estudantes freqüentando o 2.º Grau, 35,6% provinham de famílias que contavam com até 5 S.M. de rendimento médio mensal, em 1982 esta porcentagem se elevou para 45,4%.

A inexistência de dados segregados por sexo e a impossibilidade de se comparar, para este período e para este grau escolar em especial, a evolução dos estudantes trabalhadores e o aumento de vagas no noturno, dificultam o entendimento desta oscilação entre 1970 e 1982 do perfil econômico da clientela de 2.º Grau. Poder-se-ia avançar, porém (por mais vaga que possa ser a interpretação) que a educação de 2.º Grau pode ser percebida como veículo de mobilidade social para as camadas médias e baixas da população; adicionalmente, esta alteração da composição sócio-econômica do corpo discente deve se constituir em indicador privilegiado, nos diagnósticos, principalmente quando se tornam guias para a implantação de políticas públicas.

Apesar desta pauperização, pode-se ainda afirmar que o 2.º Grau permanece um nível de ensino que interpõe acentuada barreira de classe social, na medida em que 53,3% de sua clientela provém de famílias com rendimento médio mensal superior a 5 S.M. (Fonte: PNAD 1982).

Quando se analisa a distribuição das faixas de rendimento familiar médio mensal dos estudantes pelas redes pública e privada, observa-se preferência nítida pela rede pública na faixa até 10 salários mínimos e pela privada na faixa de mais de 10 S. M. A distribuição de renda observada não nos permite aceitar acriticamente o comentário de que "constitui hipótese plausível que as limitações qualitativas da escola pública não são, ao contrário do que se atribui usualmente, intrínsecas à mesma, mas determinadas pelas limitações da clientela que a freqüenta. A qualificação docente e os materiais instrucionais não explicam a diferenciação qualitativa atribuída às

TABELA 7

Evolução da distribuição percentual de segmentos da população por grupos de rendimento familiar mensal

GRUPOS DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR	SEGMENTOS DA POPULAÇÃO						
	ESTUDANTES DE 2.º GRAU			ESTUDANTES EM GERAL		FAMÍLIAS	
	1970	1976	1982	1976	1982	1976	1982
Até 2 S.M.	19,2	8,9	11,6	29,3	33,0	45,0	44,4
+ de 2 a 5 S.M.	54,8	26,7	34,6	34,6	36,0	29,5	30,8
+ de 5 a 10 S.M.	18,0	33,0	30,2	36,1	29,7	24,1	22,3
+ de 10 S.M.	8,0	31,3	23,1				

Fontes: Censo 1970 (apud Fundação IBGE, 1979); PNADs 1976, 1982.

redes pública e privada. A seleção social e as condições de educabilidade da clientela devem determinar, em boa parte, os diferenciais de eficiência verificados entre essas redes de ensino" (IPEA, 1988, p. 135).

Os dados contidos na Tabela 8 apontam que a escola pública de 2.º grau também é freqüentada por famílias brasileiras de alto rendimento, sendo esta utilização tanto mais notável quando se comparam entre si as diferentes regiões fisiográficas do país.

TABELA 8

Porcentagem de pessoas que freqüentam a escola de 2.º grau na rede pública, segundo a região e a classe de rendimento familiar mensal

1982

REGIÕES	TOTAL	ATÉ 1 SM	+1 A 2 SM	+2 A 5 SM	+5 A 10 SM	MAIS DE 10 SM
BRASIL	Total 2.570.726	68.617	229.701	869.957	777.533	592.958
	Pública 56,7	70,8	65,0	63,8	58,1	39,8
Norte*	Total 100.584	2.709	11.291	35.506	28.637	18.888
	Pública 77,3	94,1	87,4	84,0	78,9	54,8
Nordeste	Total 580.918	34.216	97.230	233.643	127.239	78.757
	Pública 59,6	65,8	60,6	64,1	62,8	36,4
Sudeste	Total 1.329.014	19.721	78.315	399.272	449.507	366.065
	Pública 50,7	69,0	61,5	58,1	52,2	38,1
Sul	Total 384.867	6.394	28.529	141.234	123.312	84.053
	Pública 62,8	81,1	71,4	68,7	64,5	46,6
Centro-Oeste	Total 175.343	5.577	14.336	60.302	48.838	45.195
	Pública 67,2	84,4	82,9	78,0	71,5	40,8

Fonte: PNAD 1982.

* Excluída zona rural.

Com efeito, com exceção da região Nordeste, em todas as demais regiões encontramos um maior número de estudantes provenientes de famílias com mais altos rendimentos (mais de 10 S.M.) freqüentando a escola pública de 2.º grau do que aqueles provenientes de famílias com rendimento até 2 S. M. Estes dados nos permitem, pelo menos, sugerir que a relação entre rendimento familiar e acesso a níveis superiores de escolaridade e de boa qualidade, não é linear e nem passa obrigatoriamente pela clivagem entre redes pública e privada. Sabemos da distribuição desigual da riqueza dentro do país, dentro de uma região, estado ou município. Sabemos, também, que quanto mais rica a região, mais acesso dispõe sua população a serviços públicos e particu-

lares, inclusive escola e escola de 2.º grau, e de melhor qualidade⁷. Sabemos, também, pelo menos a nível de 1.º Grau, que a escola freqüentada por pobres é uma escola pobre, que tende a desfavorecer sua clientela (Rosenberg, 1984; Dias, 1979). Portanto, a maior dificuldade de acesso ao 2.º Grau de estudantes provenientes de famílias pobres, seus piores índices de rendimento escolar devem ser possivelmente buscados na pobreza de experiências educa-

7 Sobre o município de São Paulo e a distribuição de escolas públicas e particulares de 2.º grau pelas diferentes Delegacias de Ensino, reportar-se ao artigo de Franco (1983).

TABELA 9

Porcentagem de pessoas ocupadas que freqüentam a escola de 2.º grau, segundo a região e o rendimento familiar mensal

1982

REGIÕES		TOTAL	ATÉ 1 SM	+1 A 2 SM	+2 A 5 SM	+5 A 10 SM	MAIS DE 10 SM
BRASIL	Total	2.570.726	68.617	229.701	869.957	777.533	592.958
	Ocupada	40,5	25,3	41,0	43,8	45,5	31,3
Norte*	Total	100.584	2.709	11.291	35.506	28.637	18.888
	Ocupada	37,2	36,0	33,1	44,2	36,9	28,8
Nordeste	Total	580.918	34.216	97.230	233.643	127.239	78.757
	Ocupada	32,4	21,8	37,6	35,9	30,8	24,8
Sudeste	Total	1.329.014	19.721	78.315	399.272	449.507	366.065
	Ocupada	42,1	28,4	43,7	43,6	48,4	33,5
Sul	Total	384.867	6.394	28.529	141.234	123.312	84.053
	Ocupada	46,4	12,1	48,3	52,7	52,5	29,1
Centro-Oeste	Total	175.343	5.577	14.336	60.302	48.838	45.195
	Ocupada	44,1	46,0	41,2	54,3	45,1	30,3

Fonte: PNAD 1982.

* Exclusive zona rural.

cionais a que tiveram (ou não) acesso, e a que estão tendo.

A mesma não-linearidade entre rendimento familiar e acesso ao 2.º Grau encontramos entre rendimento familiar e estudantes que trabalham.

Apesar da busca incessante, não encontramos dados disponíveis para o Brasil, específicos sobre o 2.º Grau, que permitissem uma captação da evolução dos estudantes trabalhadores nos últimos anos. Diagnósticos recentes sobre infância e juventude apontam um aumento significativo, nas últimas décadas, de estudantes que trabalham (Fundação IBGE, 1979, 1982; Madeira, 1984; Rosemberg e Pinto, 1985) sem que sejam, porém, discriminados por grau escolar. Dados coletados pela PNAD 1982 apontam que 40,5% dos estudantes de 2.º Grau também participam do mercado de trabalho. Esta participação parece ser tanto mais intensa quanto maiores oportunidades de emprego se encontram na região.

Comparando-se a taxa de ocupação de estudantes de 2.º grau (Tabela 9) com a participação feminina neste grau de ensino (Tabela 6) pelas diferentes regiões fisiográficas, encontramos uma tendência à associação inversa: quanto mais intensa a participação feminina no estudantado, menor a taxa de ocupação dos secundaristas (com exceção da região Centro-Oeste). Esta associação parece corroborar a explicação de que, possivelmente, mais que a renda, são as oportunidades ocupacionais das respectivas regiões que podem, ou não, favorecer a que jovens em geral, e jovens mulheres em especial, aliem uma ocupação à condição de estudantes, nessa fase de suas vidas.

Uma outra informação contida na Tabela 9 extremamente interessante é que não se percebe relação linear entre rendimento familiar e condição de ocu-

pação entre os estudantes de 2.º grau⁸: as maiores taxas de ocupação entre os estudantes se encontram nos níveis de renda familiar entre 2 e 5 S. M.; para o Brasil como um todo, e para algumas regiões fisiográficas, encontramos maior número de estudantes ocupados entre aqueles que provêm de famílias com rendimentos superiores a 5 S.M. do que entre aqueles que provêm de famílias com renda mensal de até 2 S.M. Isto é, mesmo para esta faixa da população que conseguiu ultrapassar a barreira do 1.º Grau, é necessário também ultrapassar um certo nível de pobreza para se poder associar trabalho a estudo. Vale a pena notar que os maiores índices de ocupação de secundaristas da Região Sudeste — que conta com uma população economicamente ativa com alto nível de credenciamento educacional — se situam na faixa de renda imediatamente superior à das demais regiões: entre 5 e 10 S.M. Esta situação específica do Sudeste tanto pode ser uma concretização do "princípio de Mateus" (chove mais na horta mais verdejante), quanto pode estar indicando a maior participação do salário do jovem e do jovem adulto na composição da renda familiar.

Diante destes dados, é necessário que se atente para interpretações a partir de associações lineares entre renda, trabalho, estudo e aproveitamento escolar como a que se percebe na afirmação que segue: "vale notar que o volume presente de oferta [de 2.º Grau] se torna possível por uma repartição do alunado entre cursos diurnos e noturnos, que mantêm várias diferenças entre si. Como se pode perceber na composição dos efetivos escolares, pou-

⁸ É possível que a conceituação de ocupação utilizada pela PNAD subestime o trabalho no mercado informal e as demais formas de obtenção de renda através de "bicos", usuais nas populações de mais baixa renda.

TABELA 10

Distribuição percentual de pessoas que freqüentam a escola de 2.º grau por grupo de horas normalmente trabalhadas na semana em todos os trabalhos, segundo a região e a rede de ensino

1982

REGIÕES		TOTAL	ATÉ 14 HORAS	15 A 29 HORAS	30 A 39 HORAS	40 HORAS OU MAIS	SEM DECLARAÇÃO
BRASIL	Total	1.062.484	1.6	10.9	10.3	77.1	0.0
	Pública	618.129	1.3	11.7	10.3	76.7	0.0
	Particular	444.355	2.0	9.9	10.3	77.7	0.1
Norte*	Total	38.530	1.1	14.9	9.4	74.5	0.1
	Pública	30.381	0.7	15.1	10.1	73.9	0.2
	Particular	8.149	2.6	14.1	6.7	76.6	0.0
Nordeste	Total	190.197	1.8	17.5	10.8	69.9	0.0
	Pública	118.191	1.2	16.8	11.3	70.8	0.0
	Particular	72.006	2.8	18.8	9.9	68.5	0.0
Sudeste	Total	567.869	1.7	8.5	10.0	79.8	0.1
	Pública	288.433	1.3	9.6	10.1	79.0	0.0
	Particular	279.436	2.1	7.4	9.9	80.6	0.2
Sul	Total	186.067	1.3	11.4	10.8	76.5	0.0
	Pública	122.659	1.4	11.3	9.9	77.3	0.0
	Particular	63.408	0.9	11.5	12.7	74.9	0.0
Centro-Oeste	Total	79.821	1.4	9.6	10.9	78.1	0.0
	Pública	58.465	1.5	10.6	10.7	77.2	0.0
	Particular	21.356	1.0	6.8	11.5	80.6	0.0

Fonte: PNAD 1982.

* Exclusiva zona rural.

co mais de um quarto do total tem mais de 20 anos de idade e a maioria destes se encontra em cursos noturnos. Estes abrigam cerca de 53% de toda a matrícula, predominando os que já trabalham, *evidentemente oriundos de famílias de renda mais baixa*" (IPEA, 1987, p. 35, grifo nosso).

Mais uma vez lastimamos a ausência de dados publicados, desagregados por região, rede e sexo que permitissem uma captação da freqüência do noturno, principalmente tendo em mira o número de horas trabalhadas por semana pelos secundaristas: 87,4% trabalham 30 horas e mais por semana; 77,1% trabalham 40 horas e mais por semana. Esta informação impõe, sem dúvida, a alteração da fórmula que vem sendo usada: não estamos diante de estudantes que trabalham, mas de trabalhadores que estudam.

O que significa ser trabalhador-estudante? Sem dúvida alguma, enfrentar dupla ou tripla jornada de trabalho; sem dúvida alguma ser candidato a abandonar a escola de 2.º grau⁹ tendo em vista a intercorrelação entre a condição de vida do trabalhador-estudante e as baixas oportunidades educacionais oferecidas por este turno. Gibran e Pruks (1982), durante a realização do 1.º Seminário de Estudos para melhoria do Curso Noturno de 1.º e 2.º graus (1976)

forneceram um quadro bastante tenebroso: 80% dos alunos chegam para a aula sem jantar; 20% dos alunos dormem durante as aulas; 25% dos alunos abandonam a escola no 1.º semestre; 50% até outubro; 50% dos alunos do noturno que freqüentam as aulas até o final do ano não conseguem ser aprovados.

Poder-se-ia argumentar que tal situação independente das condições específicas da escola, e que seriam inerentes às dificuldades de vida desta população que se vê obrigada, por sua condição econômica e racial¹⁰, a freqüentar o curso noturno. Entretanto, estudos recentes mostram que a evasão ou perda de alunos (alunos evadidos e alunos reprovados em dado ano letivo) diminuem sensivelmente com reformas introduzidas na escola, como por exemplo a diminuição da lotação das classes (Leme, 1982; Gatti & Lapeiz, 1985).

Para terminar esta caracterização da clientela escolar de 2.º grau resta-nos analisar sua composição racial. Ora, até o presente não dispomos de informações publicadas sobre a composição racial do estudantado brasileiro, apesar de tais dados terem sido coletados pelo Censo 1980 e pela PNAD 1982. Como já salientamos em estudo anterior, a pesquisa sobre educação no Brasil vem ignorando sistematicamente

9 "A média nacional de abandono da escola de 2.º grau gira em torno de 58% sendo mais acentuada entre a 1.ª e 2.ª séries e nos cursos noturnos" (Franco, 1987, p. 61).

10 No Estado de São Paulo temos informações que estudantes negros de 1.º grau tendem a freqüentar mais intensamente o noturno que estudantes brancos (Rosenberg e Pinto, 1988, p. 45).

que somos um país plurirracial e que as oportunidades de acesso e permanência na escola não são as mesmas para os diferentes grupos raciais, mesmo quando se controla a origem sócio-econômica da população em estudo (Rosemberg et al, 1986).

Por esta omissão (que de certa forma reforça o mito da democracia racial) o único indicador nacional e publicado de escolaridade de 2.º grau de que dispomos desagregado por raça são os anos de estudo no Censo 1980. Este indicador engloba tanto as pessoas que atualmente estão freqüentando a escola, quanto aquelas que já a abandonaram. Comparando a porcentagem de pessoas que possuem entre 9 e 11 anos de estudos — usando como base para cálculo apenas as pessoas que possuem instrução — e o número de estudantes de 2.º grau, chegamos a cifras (e possivelmente realidades educacionais) muito próximas: 10,4% dos brasileiros com instrução atingiram o nível de 9 a 11 anos de estudos; 10,2% dos estudantes brasileiros freqüentam o 2.º Grau (Fonte: Censo 1980).

Usando o indicador acima descrito, encontramos que, em 1980, dentre as pessoas com instrução no Brasil, 12,3% do segmento racial branco atingia entre 9 e 11 anos de estudos, e o segmento racial negro apenas 6,9%, o que equivaleria, aproximadamente, à proporção de estudantes de 2.º grau (Fonte: Censo 1980).

A PARTICIPAÇÃO FEMININA

A abertura, nesse artigo, de um item específico sobre a participação das mulheres se justifica tanto pela omissão deste tema nos diagnósticos gerais sobre sistema educacional, quanto pelo fato de que é neste grau que as encontramos em maior número, tendo ultrapassado os estudantes de sexo masculino.

TABELA 11

Taxa de participação feminina entre os estudantes na população de 5 anos e mais

GRAU ESCOLAR	1970	1980	1985
1.º Grau	49,2	50,1	
Supletivo 1.º Grau	40,8	48,7	49,1
2.º Grau	50,7	53,4	
Supletivo 2.º Grau	35,4	40,6	56,0
Vestibular	36,4	47,2	
Superior	42,4	49,2	
Mestrado	—	46,0	50,1
TOTAL	49,0	50,3	

Fontes: Censos 1970 e 1980; PNAD 1985.

Se, durante a década de 70, o índice de crescimento mais significativo para estudantes mulheres situava-se ao nível do 3.º Grau (Rosemberg et al., 1982, p. 50), durante a década de 80 relaciona-se ao 2.º Grau: entre 1980 e 1986 o crescimento médio de secundaristas mulheres foi de 31,2% e homens de 9,6% (Fontes: Censo 1980; PNAD 1986).

Procurar entender este aumento da participação de alunas no 2.º Grau requer que se esmiuce uma série de fatores intra e extra-escolares. Em primeiro lugar, há que se destacar que alunas de 1.º Grau obtêm melhores resultados escolares que alunos; as taxas de evasão e repetência entre as mulheres têm sido sistematicamente inferiores às dos homens e, complementarmente, as de aprovação e conclusão têm sido superiores (Rosemberg et al., 1982, p. 67). Em decorrência, existem mais mulheres que homens freqüentando as séries terminais de 1.º Grau. Em 1985, a participação feminina se distribuía da seguinte forma pelas diferentes séries do 1.º Grau: 47,2% na primeira; 48,8% na segunda; 50,7% na terceira; 51,8% na quarta; 50,8% na quinta¹¹; 53,3% na sexta; 54,4% na sétima e 53,8% na oitava.

Como já salientamos em outros textos, é possível que a cultura escolar exija comportamentos mais próximos dos padrões de socialização das meninas vigentes em nossa sociedade marcada por componentes característicos de sociedades patriarcais. Complementarmente, dado o maior índice de repetência dos meninos, observa-se, entre eles, retardo escolar mais intenso¹², o que pode acarretar maior desejo próprio e pressão do grupo familiar para seu ingresso no mercado de trabalho, associado, ou não, à sua permanência na escola.

Pressões sociais mais amplas operam, também, no mesmo sentido, impulsionando o adolescente a ingressar no mercado de trabalho e a adolescente a trabalhar dentro de casa, em afazeres domésticos. Desta forma, encontramos entre estudantes de 2.º grau uma diversidade quanto ao tipo de trabalho que homens e mulheres executam: 44,7% dos homens estão ocupados em atividade extradoméstica e 15,9% em afazeres domésticos; 29,2% das mulheres estão ocupadas fora de casa e 42,7% em afazeres domésticos (Tabela 12).

É possível, pois, sugerir que as maiores taxas de participação das mulheres observadas no 2.º Grau se devem, em parte, a um desdobramento da cultura escolar que gera um pior rendimento escolar dos meninos e que os tornam ainda mais vulneráveis a pressões para que ingressem no mercado de trabalho. Como vimos anteriormente, em sua grande maioria, estudantes de 2.º Grau trabalham 40 horas ou mais por semana, o que os leva, quase que necessariamente, a freqüentarem o curso noturno que apresenta altas taxas de perda. Por seu melhor rendimento escolar, as meninas passam menos anos no 1.º Grau, constituem um contingente maior de candidatas ao 2.º Grau e sofrem, direta ou indiretamente, menor pressão para trabalharem fora sendo-lhes reservados, principalmente, os afazeres domésticos,

11 Este refluxo na 5.ª série pode ser, possivelmente, explicado pelo grande número de escolas no Brasil que oferecem apenas as 4 primeiras séries do 1.º Grau (Fletcher e Ribeiro, 1987).

12 Em 1980 estavam cursando a 8.ª série em idade adequada apenas 21,2% de meninos e 25,2% de meninas (Fonte: Censo 1980, apud Rosemberg e Pinto, 1985, p. 75).

TABELA 12

Porcentagem de estudantes de 2.º grau na PEA e daqueles ocupados em afazeres domésticos, segundo a região e o sexo

1982

REGIÃO	SEXO					
	HOMENS			MULHERES		
	NA PEA	AFAZERES DOMÉSTICOS		NA PEA	AFAZERES DOMÉSTICOS	
		TOTAL	15 h ou +/SEMANA		TOTAL	15 h ou +/SEMANA
BRASIL	44,7	15,9	11,9	29,2	42,7	34,1
Norte *	41,5	17,5	36,6	26,3	32,4	40,8
Nordeste	37,6	14,6	9,23	24,2	35,2	34,3
Sudeste	45,4	15,0	11,0	30,6	45,7	33,9
Sul	51,5	21,2	13,1	32,7	48,9	69,3
Centro-Oeste	46,9	13,8	8,9	31,5	41,4	77,7

Fonte: PNAD 1982.

* Exclusive zona rural.

TABELA 13

Taxas de participação feminina no estudantado de 2.º grau, de ocupação entre estudantes de 2.º grau por sexo e de participação na PEA por sexo e idade, segundo a região

1982

REGIÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO 2.º GRAU	% DE ESTUDANTES DE 2.º GRAU OCUPADOS		TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA PEA			
		HOMENS	MULHERES	HOMENS		MULHERES	
				15 A 19 ANOS	20 A 24 ANOS	15 A 19 ANOS	20 A 24 ANOS
BRASIL	54,2	44,7	29,2	72,3	92,6	40,1	47,0
Norte *	59,0	41,5	26,3	54,0	90,0	25,9	41,6
Nordeste	59,7	37,6	24,2	64,6	91,0	31,4	40,8
Sudeste	52,2	45,4	30,6	71,0	92,5	43,8	50,9
Sul	51,5	51,5	32,7	80,9	95,0	52,0	50,0
Centro-Oeste	54,7	46,9	31,5	74,1	93,6	35,6	40,4

Fonte: PNAD 1982.

* Exclusive zona rural.

que, a despeito de as ocuparem um bom número de horas, são mais compatíveis com as atividades escolares. Complementarmente, é possível que ocorra pressão para que evitem ingressar no curso noturno¹³, pois, imaginária e concretamente, sua segurança física e sexual é mais ameaçada que a masculina. Desta forma, as secundaristas tendem a freqüentar mais que os rapazes o turno diurno, que, como foi visto, apresenta menores índices de perdas.

A Tabela 13 aponta para a tendência de que a

participação das mulheres no 2.º Grau seria tanto mais intensa quanto menores fossem as taxas de ocupação de estudantes de ambos os sexos, e de homens e mulheres na faixa etária entre 15 e 24 anos. Esta tendência sugere algumas linhas de interpretação que dizem respeito às características próprias dos mercados de trabalho das diferentes regiões, diferenciando as oportunidades de acesso e os salários masculinos e femininos, o que impulsionaria as mulheres a procurarem maior nível de instrução credenciando-se, assim, para o processo seletivo. Complementarmente, pode-se supor, também, que a situação de subemprego — distribuindo-se diferentemente entre as regiões — acarretaria, para a população feminina, disponibilidades variadas de tempo

13 Utilizando tabulações especiais da PNAD 1982 pudemos observar para o Estado de São Paulo que a porcentagem de matrículas no noturno de 1.º Grau é inferior entre as mulheres que entre os homens (Rosemberg et al., 1986, p. 365)

a ser canalizado para a melhoria de seu nível educacional.

Um mercado de trabalho mais fechado interporia um acesso mais difícil às mulheres; necessidade de credenciamento educacional mais intenso para que suas oportunidades de ingresso aumentem¹⁴, e seus salários sejam melhores; maior disponibilidade de tempo para certas mulheres se dedicarem aos trabalhos domésticos, liberando outras para prosseguirem a escolaridade. Prosseguirem uma escolaridade, sim, mas específica, que as credencia, após concluírem o 2.º ou o 3.º Grau, para ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho.

Com efeito, se quantitativamente o acesso à escolaridade de 2.º Grau está constituindo um problema para a população masculina, a trajetória escolar das secundaristas avaliada através dos ramos de ensino que cursam, tem se mantido bastante homogênea e tradicional. As mulheres tendem a freqüentar, no 2.º Grau (no antigo ginásio, quando era possível, e no 3.º Grau), cursos vinculados às áreas de humanas e saúde; os homens às de vocação propedêutica e a conteúdos científicos e técnicos.

14 Em 1980, a mediana do rendimento em salários mínimos para brasileiros tendo freqüentado entre 9 e 11 anos de escolaridade (equivalente ao 2.º Grau) era: 3,58 S.M. para homens e 1,81 para mulheres (Fonte: Censo 1980, apud Rosemberg e Pinto, 1985, p. 66).

A partir dos anos 80, o SEEC/MEC deixou de publicar tais estatísticas segregadas por sexo. Recorrendo a dados coletados pelo IBGE (Censo 1980) observamos que a tendência permanecia: num extremo, o curso normal contava com 95,8% de mulheres entre seus estudantes; em outro, o industrial com apenas 19,9% de mulheres (Rosemberg e Pinto, 1985, p. 71).

Esta tendência brasileira não diverge daquela observada em outros países da América Latina (Tabela 15).

TABELA 14

Distribuição percentual da matrícula inicial no ensino médio de 2.º ciclo/2.º grau por ramo de ensino, segundo o sexo

RAMOS DE ENSINO	1960		1970		1976	
	H	M	H	M	H	M
Secundário	55,3	27,2	55,4	37,7	35,9	34,4
Normal	1,7	51,2	4,5	45,8	2,4	21,3
Técnico ou (industrial)	3,8	0,3	11,0	1,0	21,9	6,8
Comercial	38,1	21,2	29,1	15,3	32,4	30,5
Outros	1,0	0,2	0,0	0,3	7,4	6,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEEC/MEC, apud Rosemberg et al., 1982, p. 51.

TABELA 15

Taxa de participação feminina nos diversos ramos de ensino médio para 18 países da América Latina e do Caribe

PAÍSES	GERAL		MAGISTÉRIO		PROFISSIONALIZANTE	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Argentina	61	64 ⁴	97	47	47 ⁴
Bolívia	39	39
BRASIL	50	50 ²	83	90 ²	38	48 ²
Chile	57	56	46	47
Colômbia	42	77	61
Costa Rica	53	54	36	50
Cuba	54	51	69 ¹	65	20	46
Equador	43	48 ³	63	55	62 ³
El Salvador	44	43	60 ¹	74	54	48
Guatemala	39	43	56	62	49	39
Honduras	44	50	69	74	47	49
México	34 ¹	43	66	70	72 ¹	61
Nicarágua	47	52	77	79	39	56
Panamá	50	51	79	67	54	54
Paraguai	48	49 ²	89	43	45 ²
Peru	43	46	44	40
Uruguai	56	58	41	27
Venezuela	51	70	93 ³	50

¹ 1975; ² 1978; ³ 1978; ⁴ 1981.

Fonte: UNESCO; *Anuario Estadístico* 1983, apud Braslavsky, 1984 p. 32.

Em conclusão: o ensino de 2.º Grau, no presente momento, vem interpondo barreiras de acesso mais intensas para os homens que para as mulheres. O fato de não ter assumido internamente — em sua estrutura, currículo, calendário, condições materiais — que sua clientela é composta em grande parte por trabalhadores pode constituir-se em hipótese preliminar que permita compreender esta defasagem sexual. Esta deserção masculina da escola de 2.º Grau pode constituir, também, um indicador da desvalorização deste nível de ensino. Além disso, o 2.º Grau — até o momento em que informações discriminadas por sexo foram fornecidas — tem atuado no sentido de segregar rapazes e moças por ramos e áreas de conhecimento. A consequência direta em termos de trabalho profissional é que este grau (como o 3.º) vem, pelo menos, fornecendo argumentos e reforçando a segregação ocupacional que constitui um fator limitador da participação da mulher na força de trabalho. Isto, por sua vez, acarreta diferenças de salário e de *status* entre trabalhadores homens e mulheres.

Esta guetização sexual da educação de 2.º Grau permite, também, que se suspeite da ocorrência de consequências: perversas a nível psicossocial; sendo a escola, nos tempos atuais, um dos locais privilegiados para interações sociais entre jovens, a dicotomização sexual dos cursos tende a impedir um maior convívio entre os sexos, interferindo no desenvolvimento integral de adolescentes e jovens.

RECURSOS

Insensatez aparente, coerência intrínseca ao sistema, indagações que persistem, são as impressões suscitadas pela leitura dos textos recentes sobre alocação de recursos públicos à educação (NEPP, 1987 e 1988; IPEA, 1987 e 1988; Brasil, 1988).

Não é pretensão deste item percorrer todo o labirinto de entradas, saídas, atalhos e fontes orçamentárias: a proposta é apenas levantar e discutir alguns pontos, de forma bastante ampla e, possivelmente superficial, que auxiliem a compreensão da cobertura deste grau de ensino.

Para uma não-especialista na área, confesso a dificuldade em trilhar descrições do *imbroglio* orçamentário (tão bem denominado pelo relatório de 1985 elaborado pelo NEPP), onde as normas de elaboração orçamentária são passíveis de gerar confusão: por exemplo, o mesmo programa ser incluído em duas ou mais alíneas ou que ações de mesma natureza recebam denominações diferentes (NEPP, 1987, p. 180). Um outro alerta contido no relatório do NEPP quanto ao valor atribuído às informações orçamentárias é que nem sempre o lançamento oficial de despesas em determinadas rubricas corresponde aos gastos reais. "Tem-se como exemplo, o caso ocorrido no Estado de São Paulo, onde a partir de 1979, passou-se a lançar em despesas do 1.º Grau gastos relativos a outras rubricas (inclusive os do 2.º Grau). Como consequência verificou-se um salto

aparente dos gastos com o 1.º Grau. Tais falsificações atingem não só as informações relativas ao Estado, como também aquelas relativas ao país, tendo-se em vista o peso de São Paulo em termos nacionais." (Salm, 1974, apud NEPP, 1987, p. 181).

A função educação e cultura é financiada, no Brasil, tanto pela União, pelos estados e municípios quanto por recursos externos (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Bank for International Research and Development — BIRD). A nível da União, além do MEC, outros ministérios participam da despesa realizada na Função Educação e Cultura.

Em 1985, a distribuição destas despesas assim se configurava: 31,1% a cargo do MEC (dos quais 10% provinham de recursos do exterior)¹⁵; 7,0% de outros ministérios; 51,8% dos estados e Distrito Federal; 10,1% dos municípios (Brasil, 1988, p. 76).

Em 1985, a União dispendia: 49% com o 1.º Grau, 7% com o 2.º Grau e 44% com o 3.º Grau. No mesmo ano, o MEC repartia suas despesas da seguinte forma: 39% com o 1.º Grau, 6% com o 2.º e 55% com o 3.º (Brasil, 1988, p. 88).

A alocação de recursos para a manutenção das redes de 2.º Grau provém, predominantemente, da esfera estadual (tradição que se mantém desde o Império), sendo que, para este nível de ensino, a União despense seus recursos quase que exclusivamente (3/4 dos recursos por ela destinados ao 2.º Grau) na manutenção das escolas técnicas e agrotécnicas federais (IPEA, 1988, p. 137).

Apesar das redes estaduais e municipais arcarem com a manutenção de 5.059 estabelecimentos de 2.º Grau e a federal com apenas 137, os percentuais alocados pelas duas instâncias são muito próximos (Tabela 16).

TABELA 16

Participação nos gastos da União e dos Estados na função educação no ensino de 2.º grau (%)

ANO	UNIÃO	ESTADOS	SUBTOTAL
1980	8,7	10,1	9,6
1981	5,3	7,2	6,6
1982	9,2	9,0	9,1
1983	7,5	8,3	8,0
1984	4,6	8,1	6,6
1985	5,2	10,2	7,9

Fonte: Balanços da União e dos Estados, apud IPEA, 1988, p. 139.

Considerando o percentual de verbas destinadas ao 2.º Grau no período 1980-1985 observam-se oscilações (9,6% em 1980; 6,6% em 1981 e 1984) que não correspondem a uma orientação explícita de política, mas, como afirmamos no início deste texto, parecem ter mais a ver com sobras orçamentárias.

¹⁵ Fonte: NEPP, 1987, p. 200.

Se a oscilação não parece se justificar, a distribuição dos recursos pelos diferentes graus apontam para uma política brasileira de privilegiamento do ensino superior: em 1985, somando-se as despesas da União às estaduais, obtém-se a seguinte distribuição: 62,2% destinados ao 1.º Grau (que recebia 86,0% dos estudantes brasileiros); 10,3% ao 2.º Grau (que recebia 9,5% dos estudantes) e 27,5% ao 3.º Grau (que contava com 4,4% dos estudantes).

Esta distribuição das verbas permite que se compreenda — em parte — o perfil da pirâmide educacional brasileira que, como foi afirmado anteriormente, se mantém constante nos últimos 10 anos, não se propondo a uma universalização progressiva dos graus de ensino que se sucedem. Comparando a alocação de recursos de diferentes países esta orientação política se evidencia (Tabela 17): “países desenvolvidos, atingida a universalização da educação básica, investiram fortemente na educação média, universalizando também esse nível de ensino. Mesmo nesses países, o ensino superior é reservado ao número menor de ‘vacionados’ para esse patamar da educação. Os países em vias de desenvolvimento, igualmente, alocam mais recursos à educação secundária do que à superior.” (IPEA, 1988, p. 139).

TABELA 17

Alocação orçamentária por níveis de ensino na América Latina e países desenvolvidos (%)

REGIÃO/NÍVEL	1965	1970	1975	1980
América Latina				
Ed. Primária	62,4	57,4	51,6	50,9
Ed. Secundária	23,3	26,7	25,0	25,6
Ed. Superior	14,3	15,9	23,4	23,5
Países Desenvolvidos				
Ed. Primária	44,7	39,7	38,0	36,6
Ed. Secundária	41,4	41,7	42,6	44,3
Ed. Superior	13,9	18,6	19,4	19,1

Fonte: SAAVEDRA, Patricio Rojas. Financiamento de la Educación en América Latina — IDE/BIRD, apud IPEA, 1988, p. 140.

Se a alocação de recursos pode se constituir em hipótese de trabalho bastante consistente para entender o perfil do ensino brasileiro, ela não é suficiente para se entender a oscilação das matrículas pelas regiões fisiográficas, quando se levam, também em consideração, as diferenças sexuais. Se, em 1985, eram as regiões Sul e Sudeste as que proporcionalmente aplicavam menos recursos no 2.º Grau, isto talvez explique “o menor crescimento de suas matrículas públicas em relação às demais regiões” (IPEA, 1988, p. 138), mas não explica o crescimento significativo de secundaristas de sexo feminino, principalmente na região Sul, como assinalamos anteriormente. Estariam elas se encaminhando para a rede

privada? Estariam as moças ocupando as vagas liberadas pelas deserções dos rapazes? Não encontramos dados recentes que desagreguem a variável sexo e rede de ensino freqüentada pelos estudantes. De qualquer forma, parece-nos importante ter em mente que se a alocação de recursos pode explicar características estruturais do sistema de ensino, ela não é suficiente. Há de se levar também em conta a dinâmica da população — significado da escolaridade e sua articulação com expectativas de vida — e o destino dado às verbas.

O Relatório de 1987 do IPEA descreve e analisa minuciosamente os recursos alocados aos diversos programas destinados ao 2.º Grau apoiados pela recém criada Secretaria de Ensino de Segundo Grau — SESEG¹⁶.

Dada a extensão deste artigo e a complexidade das despesas de cada um dos programas, destacamos apenas alguns dos pontos de sua conclusão (IPEA, 1988, p. 163-165):

- a repartição de recursos federais fica ao sabor de pressões e ações emergenciais, não se revelando eficaz na sua função compensatória, porque não se fundamenta em planos locais de educação pública, nem em critérios explícitos de alocação;
- tem havido alocação direta de recursos federais a programas e projetos sem articulação com a programação original do Estado, acarretando em atomização ou duplicação de ações originalmente programadas;
- o Governo Federal tem garantido ‘o núcleo’ mais nobre e mais caro, do ensino técnico-profissional, enquanto os estados, por razões históricas, têm manifestado escassa competência técnico-administrativa e política no setor. Por sua vez, a rede particular tem mostrado competência para manter o ensino propedêutico para a universidade e alguns cursos da área de serviços;
- há indicadores de que existem vagas disponíveis nas escolas públicas de Segundo Grau. Enquanto isso, são registrados casos de famílias pobres que fazem sacrifícios para manter os filhos na escola particular. O MEC recebe forte pressão por bolsas de estudo nesse nível de ensino.

Para que estas conclusões sejam captadas com a contundência dos dados que lhes servem de apoio, mencionamos três: as escolas técnicas federais já dispõem, aproximadamente, 81,0% das despesas com pessoal, mesmo antes da implantação da isonomia salarial entre os docentes e funcionários dessas escolas e os das universidades federais; aproximadamente 40% dos recursos transferidos pelo MEC para programas de 2.º Grau foram destinados a instituições particulares; em 1987, ao Programa EDU-TEC (Programa de Melhoria do Ensino Técnico Indus-

¹⁶ Criada em fins de 1986 mas iniciando suas atividades em 1987.

trial e Agrícola)¹⁷, IV Acordo MEC/BIRD, foram alocados quinhentos e dois milhões de cruzados dos quais 19,6% foram dispendidos para amortização da dívida, 46,0% com as escolas técnicas federais, 24,0% com as escolas agrotécnicas federais e 29,7% repassados às Unidades da Federação (IPEA, 1988, p. 154-158, p. 161).

Diante do exposto, tento imaginar que trajetória se irá percorrer, ou a que magia se irá recorrer, para dar cumprimento ao Inciso II do Artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988: *progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, E. S. S. Extensão da escola elementar no Brasil: da intenção à realidade. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION, 1st. *Equality*. Tel-Aviv (Israel), 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. SEEC. *Estatísticas Educacionais: Brasil 1985-1988*. 2.ª ed. Brasília, 1988.
- BRASLAVSKY, C. (org.) *Mujer y educación: desigualdades educativas en América Latina y el Caribe*. Santiago, UNESCO, 1984.
- BRVALHO, J. C. B. Aspectos metodológicos dos questionários sobre instrução no Censo Demográfico. In: ABEP. *Censos, consensos, contra-sensos*. Ouro Preto, 1984.
- DIAS, M. T. R. *Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso*. Rio de Janeiro, 1979. Dissert. (mestr.) IUPERJ.
- FLETCHER, P. R. & RIBEIRO, S. C. *A educação na estatística nacional: versão preliminar para debate*. Brasília, 1988. mimeo
- . O ensino de 1.º grau no Brasil de hoje. *Em aberto*. Brasília, 6 (33), jan./mar. 1987.
- FRANCO, M. L. P. B. O ensino de 2.º grau: democratização? profissionalização? ou nem uma coisa nem outra? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (47):18-31, nov. 1983.
- . *O ensino de 2.º grau no Brasil: caracterização e perspectivas*. São Paulo, 1987. mimeo.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1987*. Rio de Janeiro, 1988.
- . *Anuário Estatístico do Brasil 1986*. Rio de Janeiro, 1987.
- . *Censo Demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. Rio de Janeiro, 1983. v. 1, t. 4, n. 1.
- . *Censo Demográfico 1970: tabulações avançadas*. Rio de Janeiro, 1981.

- . DEISO. *Indicadores sociais: relatório 1979*. Rio de Janeiro, 1979.
- . *Indicadores sociais: tabelas selecionadas, 1984*. Rio de Janeiro, 1985. v. 2.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977*. Rio de Janeiro, FIBGE/UNICEF, 1982.
- . PNAD 1976. Rio de Janeiro, 1978. v. 1, t. 8.
- . PNAD 1982. Rio de Janeiro, 1983, v. 6, t. 1.
- . PNAD 1985. Rio de Janeiro, 1986. v. 9, t. 1.
- GATTI, B. & LAPEIZ, S. M. *A implantação do projeto de reestruturação técnico-administrativa-pedagógica do período noturno: avaliação do primeiro ano*. São Paulo, FCC/ATPCE, 1985.
- GIBRAN, I. S. & PRUKS, L. R. *Cursos noturnos: solução ou problema*. São Paulo, ATPCE/Secr. Est. Educ. 1982.
- GUSSO, D. Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões. *Rev. Bras. Adm. da Educ.* 1 (2), jul./dez. 1983.
- IPEA. *Iplan. Educação e cultura 1987: situação e políticas governamentais*. Brasília, 1988. (Acompanhamento de políticas públicas, 4)
- . *Relatório anual de acompanhamento 1988: educação*. Brasília, 1987.
- LEME, H. G. *Alguns apontamentos e reflexões acerca dos cursos noturnos de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino*. São Paulo, ATPCE/Secr. Est. Educ., 1985.
- MADEIRA, F. *A integração trabalho-escola na vida do menor*. São Paulo, FCC, 1984.
- NEPP. *Brasil 1985: relatório sobre a situação social do país*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1987. v. 2.
- . *Brasil 1986: relatório sobre a situação social do país*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.
- OLIVEIRA, L. E. G. et al. *O "lugar do negro na força de trabalho"*. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.
- RAMA, G. *Desarrollo y educación en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires, CEPAL-UNESCO-PNUD/ Kape-lusz, 1987. t. 1.
- ROSEMBERG, F. & PINTO, R. P. *A educação da mulher*. São Paulo, Nobel/CECF, 1985.
- . Trajetórias escolares de estudantes brancos e negros. In: EDUCAÇÃO e discriminação dos negros. Belo Horizonte, FAE-MEC/Inst. Rec. Hum. João Pinheiro, 1988.
- ROSEMBERG, F. et al. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, FCC, 1986.
- . *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Global, 1982. (Teses em Educação, 8)
- ROSEMBERG, L. *Educação e desigualdade social*. São Paulo, Loyola, 1984.
- UNESCO. *Annuaire international de l'éducation 1983: tendances du mouvement éducatif*. Paris, 1983. v. 35.
- WILLADINO, G. *O ensino de 1.º grau em 1980: análise crítica dos dados do Censo e do SEEC*. Brasília, SEEC/MEC, 1984.

17. Este programa objetivava a melhoria de infra-estrutura e treinamento de recursos humanos para 33 escolas agrotécnicas; 20 escolas técnicas federais; 20 escolas agrícolas; 14 industriais estaduais e duas escolas privadas (IPEA, 1988, p. 1952).